



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**ESTRATÉGIAS DE ADMINISTRAÇÃO DA POBREZA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: O  
PROGRAMA DE POLICIA PACIFICADORA (UPP) E A MILITARIZAÇÃO DA VIDA**

Alejandra Pastorini

[alepastro@yahoo.com.br](mailto:alepastro@yahoo.com.br)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Brasil

Ana Caroline Perdigão

[anacabralp@yahoo.com.br](mailto:anacabralp@yahoo.com.br)

Escola de Serviço Social – UFRJ

Brasil

Aparecida Silva

[aparecidatavares12@yahoo.com.br](mailto:aparecidatavares12@yahoo.com.br)

Escola de Serviço Social – UFRJ

Brasil

Sara Lima

[sara\\_izabeliza@yahoo.com.br](mailto:sara_izabeliza@yahoo.com.br)

Escola de Serviço Social – UFRJ

Brasil



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### RESUMO

O presente trabalho é um resultado parcial das atividades da pesquisa desenvolvida na UFRJ sobre as mudanças na proteção social na América Latina. O mesmo tem com preocupação central analisar a lógica que orienta as intervenções do poder público, no Rio de Janeiro, direcionadas para as populações mais empobrecidas, tomando como exemplo o programa Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) que começou a ser implementado nesta cidade em 2008. As reflexões teóricas tomam como base a pesquisa documental que inclui um conjunto de legislações, normatizações e relatórios oficiais, assim como documentos elaborados por grupos organizados da população que mora nas favelas onde as UPP foram implantadas. Nossas reflexões guiam-se pela ideia que as mudanças na proteção social na contemporaneidade encontram-se articuladas de forma direta com as transformações acontecidas na dinâmica capitalista, a partir dos anos 1970. Nesse novo contexto, o binômio assistência-coerção se consolida como um dos pilares de sustento das intervenções do Estado para administrar as principais problemáticas sociais. Neste trabalho tomaremos como foco o Programa de UPP, concebido pelo governo como um dos principais programas de segurança pública da atualidade que se coloca como objetivo devolver à população a paz e tranquilidade a través da retomada pelo Estado dos territórios dominados por grupos criminosos, para posteriormente ampliar as redes de serviços públicos. Entretanto, nossa pesquisa vem indicando que este Programa, por um lado, reforça o processo de criminalização da pobreza e contribui para consolidar as ações coercitivas e punitivas do Estado (ocupações militarizadas, uso da violência etc.) e, por outro, contribui para criar as condições necessárias para o processo de acumulação do capital (consolidando novos nichos de valorização como especulação imobiliária, ampliação do fundo público pelo setor privado etc.). Para desenvolver essas ideias é essencial analisar, para além das mudanças na dinâmica capitalista, o contexto em que esse programa começa a ser implementado. A escolha do Brasil para a realização da Copa do Mundo (2014) e do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos (2016) é um dado importante, uma vez que as autoridades estaduais e municipais em parceria com as empresas privadas, a partir de 2007, iniciam o processo de mudanças no Rio de Janeiro para adequar a cidade às exigências impostas por as agências organizadoras (FIFA e COI).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Considerando os elementos acima mencionados buscamos identificar traços comuns e diferentes entre as UPP (a partir das características dos territórios onde esses equipamentos de segurança pública são instalados, participação das empreiteiras e empresas privadas, investimentos do Estado, formas de atuação da polícia militar etc.). Dessa forma identificamos cinco grupos de UPP diferenciados em função da utilidade que esse Programa tem para atender os interesses das classes dominantes e as necessidades dos setores trabalhadores.

### ABSTRACT

This work is partial result of the research activities carried out at UFRJ on the changes in social protection in Latin America. It has a central concern to analyze the logic that guides the interventions of public power in Rio de Janeiro, directed to the most impoverished populations, taking as an example the Police Pacification Unit program (UPP) that began to be implemented in this city in 2008. The theoretical reflections are based on documentary research that includes a set of legislation, regulations and official reports, as well as documents prepared by organized groups of the population living in the *favelas* where the UPPs were established. Our reflections are guided by the idea that the changes in social protection in the contemporary world are directly articulated with the transformations that took place in the capitalist dynamics, beginning in the 1970s. In this new context, the binomial assistance-coercion is consolidated as one of the pillars of sustenance of the interventions of the State to manage the main social problems. For this work, have focused on the UPP Program, conceived by the government as one of the main programs of public security of the present time, which aims to bring peace and tranquility back to the population, through the retaking by the State of the territories dominated by criminal groups and the later extension of the networks of public services. However, our research indicates that this program, on the one hand, strengthens the process of criminalizing poverty and contributes to consolidate the coercive and punitive actions of the State (militarized occupations, use of violence, etc.) and, on the other hand, the necessary conditions for the process of capital accumulation (consolidating new niches of valorization like real estate speculation, expansion of the public fund by the private sector, etc.). To develop these ideas it is essential to analyze, in addition to the changes in the capitalist dynamics, the context in that this program begins to be implemented. The choice of Brazil for the World Cup (2014) and Rio de Janeiro as the host for the 2016 Olympic Games is an important fact, since state and municipal aut-



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

horities, in partnership with private companies, began the process of changes in Rio de Janeiro to adapt the city to the requirements imposed by the organizing agencies (FIFA and IOC), from 2007 on. Considering the aforementioned elements, we sought to identify common and different traits among the UPP (from the characteristics of the territories where these public safety equipment is installed, participation of contractors and private companies, state investments, military police actions, etc.). In this way, we identify five groups of UPP, differentiated according to the utility that this Program has to attend the interests of the ruling classes and the needs of the workers groups.

**Palavras chave**

Questão social; Estado; políticas públicas; segurança pública; pobreza

**Keywords**

Social question; State; public policies; public security; poverty



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **I. Introdução**

Este trabalho busca problematizar a lógica que orienta a prática do programa de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), executado na cidade do Rio de Janeiro desde 2008 quando se instalou a primeira UPP no Morro Santa Marta. Estas reflexões são produto da pesquisa que desenvolvemos entre os anos 2013-2016, que tinha como objetivo analisar os fundamentos que orientavam as intervenções do poder público nessa cidade, em especial as ações direcionadas para os setores mais pauperizados. Nessa investigação foi possível identificar a íntima relação entre as ações assistenciais – focalizadas nos setores vítimas da pobreza absoluta – e as estratégias de controle e repressão. Mesmo não sendo uma novidade que as manifestações da questão social, no Brasil, sejam tratadas através de práticas punitivas e repressivas por parte do poder público, entendemos que essa estratégia assume um novo caráter com a implantação do programa UPP.

Organizamos este trabalho analisando os fundamentos políticos e ideológicos do Programa de Unidade de Polícia Pacificadora e as possíveis relações deste Programa com o binômio assistência-coerção. Aprofundamos as reflexões acerca das UPPs partindo do pressuposto que se trata de uma estratégia de administração da pobreza e instrumento fundamental para criar as condições necessárias para valorizar o capital. Fechamos estas reflexões com as considerações finais que buscam sintetizar o percurso analítico.

### **II. Marco teórico**

O programa UPP teve início em 2008 e se destacou como relevante estratégia na gestão do ex governador Sérgio Cabral, que em 2007, ao assumir o governo do Estado do Rio de Janeiro, colocou em prática um conjunto de prioridades, dentre elas, a redefinição da política de segurança pública no estado, que tinha como objetivos: a retomada do controle dos territórios perdidos pelo poder público, desde os anos 1980; o combate às facções criminosas e devolver a paz e a segurança aos cidadãos.

As UPP integram o PRONASCI<sup>1</sup>, que é um programa maior aprovado no segundo governo Lula, em 2007. Orientado pelo Paradigma chamado "segurança cidadã" (que busca substituir o paradigma

---

<sup>1</sup> O PRONASCI foi instituído pela Lei nº 11.530 (24 de outubro de 2007), vincula-se ao Ministério da Justiça.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

da Segurança Nacional), este Programa engloba mais de 90 ações em todo o país, cujas metas se propõem superar o direcionamento que a política de segurança pública tinha até este momento.

Embora este paradigma preconize superar a ideia de Segurança Nacional<sup>2</sup> que predominou no período da ditadura cívico-militar, como indica Freire (2009), esse paradigma apresenta algumas tensões com a concepção de Segurança Pública presente na Constituição Federal de 1988.

Apesar do Programa de UPP ter sido criado no seio desse Programa Federal e orientado pela busca da “construção de uma cultura cidadã na comunidade”, os dados da realidade nos indicam que: essa experiência está muito distante da “resolução pacífica de conflitos” e da “das ações de prevenção”. É possível perceber, por exemplo, a partir das constantes denúncias de moradores das favelas, que esta experiência carrega no seu interior uma contradição entre o discurso de segurança cidadã e uma prática guiada pela reprodução da violência, estigmatização e criminalização da pobreza. Nos espaços das favelas, onde as UPP geralmente são instaladas, predominam ações como: invasão e controle de territórios, imposição das ações da polícia militar, toque de recolher, revista da população, abuso de autoridade etc.<sup>3</sup>

Sendo assim, é importante situar que o Programa de Unidade de Polícia Pacificadora, teve sua experiência piloto com a ocupação do Morro Santa Marta, em 2008, e a partir de 2009, o governo do estado do Rio de Janeiro coloca em andamento o processo denominado de “pacificação” das favelas da capital<sup>4</sup> que se encontra em curso até a atualidade.

De acordo com os documentos oficiais, o Programa da UPP tem a finalidade retomar os territórios dominados por grupos criminosos, ostensivamente armados (BRASIL, 2009), essa retomada dar-se-ia através da materialização de quatro etapas que podem ser resumidas da seguinte forma: a) *intervenção tática* que consiste na invasão dos territórios por parte da Polícia Militar (MP), do

---

<sup>2</sup> Para uma reflexão mais aprofundada acerca da crítica a Doutrina de Segurança Nacional consultar Netto (2014).

<sup>3</sup> As denúncias da presença dessas práticas e ações foram sendo identificadas e acompanhadas através da nossa pesquisa documental e hemerográfica na qual sistematizamos um conjunto de situações vividas pelos moradores e pelos movimentos sociais. Essas práticas e ações indicam a militarização do cotidiano da população. Também é importante mencionar outro mecanismo de denúncia conhecido é a “Cartilha Popular da Santa Marta”, elaborada por movimentos sociais dessa favela buscando orientar os moradores sobre seus direitos constitucionais e acerca das obrigações dos policiais militares nas abordagens na favela.

<sup>4</sup> Em 21 de janeiro de 2009, o ex-governador Sérgio Cabral Filho instituiu através do decreto nº 41.650, a criação do Programa das UPP no Estado do Rio de Janeiro. E só em 2011 aprova-se o decreto que regulamenta a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadoras



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e das Forças Armadas, com o objetivo de retomar o comando da favela por parte do poder público; b) *estabilização* implica no isolamento do território invadido (controlando a entrada, saída e circulação de pessoas) como forma de facilitar a ocupação do território por parte da Polícia Militar que é a responsável pela UPP; c) *implantação da UPP* busca ampliar a presença da polícia de proximidade na favela e criar as condições para a instalação e alargamento dos serviços públicos e privados nas favelas e d) *avaliação e monitoramento* etapa final que consiste no acompanhamento das políticas e programas sociais fundamental para o aprimoramento do programa.

### III. Metodologia

Nossa pesquisa consiste no estudo teórico para compreender a crise do capital e as principais mudanças na dinâmica capitalista contemporânea, considerando as particularidades desses processos nos países dependentes localizados na periferia do capitalismo. Sendo assim, utilizamos como referência os estudos de Mézaros (2009), Antunes (2011), Marini (2005), Osorio (2012), dentre outros.

Para complementar este estudo bibliográfico usamos outros autores como Wacquant (2007 e 2011), Passos Guimaraes (2007) e referências da Criminologia Crítica, que nos ajudam a entender as estratégias punitivas e a criminalização da pobreza. Além disso, buscamos analisar as transformações do Estado brasileiro, o seu processo de re-funcionalização, para conhecer as principais alterações nas estratégias de atendimento das manifestações da questão social.

A pesquisa documental foi realizada através da análise de legislações, normas e relatórios oficiais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SMAS-DH), do Instituto Pereira Passos (IPP) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESEG). Reunimos também documentos de organizações multilaterais, do Banco Mundial e das Nações Unidas, dados estatísticos sobre as taxas de criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, sobre população encarcerada, e também documentos elaborados por grupos organizados das favelas onde as UPPs foram implantadas, com ênfase nos grupos do Alemão, Rocinha e Santa Marta.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### IV. Análise e discussão dos dados

Com base na pesquisa verificamos que, na prática, as 38 UPPs que existem na cidade do Rio de Janeiro permanecem, até hoje, no segundo momento: *Estabilização*, embora os responsáveis pelo programa entendam que muitas das experiências têm avançado até a quarta etapa: *Avaliação e Monitoramento*. Entretanto, tomando como referência o morro Dona Marta, localidade onde foi implantada a primeira UPP – em 2008 –, é possível perceber o aumento do número de serviços privados como telefonia, internet, bancos, TV por assinatura, dentre outros; entretanto é visível a ausência de serviços públicos básicos como: equipamentos de saúde, educação, cultura e lazer. Dessa forma, é possível questionar a materialização do terceiro momento, Implantação da UPP, uma vez que, não houve após nove anos de ocupação, um avanço significativo em relação à ampliação dos serviços públicos, ou seja, da presença do Estado como garantidor de direitos sociais para os moradores da comunidade Dona Marta. Em algumas experiências, foi possível assistir o aumento do custo de vida nas localidades com UPP, e também alimentando a expulsão de pessoas.

É relevante considerarmos que, segundo as informações disponibilizadas no site oficial do Programa, as UPPs se apoia nas parcerias entre o Estado (os governos municipais, estadual e federal) e empresas privadas (dentre elas: Grupo EBX, Bradesco Seguros, Light, Souza Cruz, Confederação Brasileira de Futebol).

Foi com base nessas informações que buscamos focar nossa atenção no processo de instalação das UPP nas diversas favelas “pacificadas” no Rio de Janeiro, buscando identificar os critérios utilizados para a escolha os territórios de implantação do programa, ou seja, definir quais favelas seriam ocupadas. Assim classificamos as Unidade de Polícia Pacificadora em cinco grandes grupos: No primeiro grupo encontram-se as UPPs localizadas no Jacarezinho, Manguinhos, Barreira do Vasco e Tuiuti, Caju, Arara e Mandela, Batan, Vila Kennedy e Complexo da Mangueirinha,. Essas favelas encontram-se situadas ao longo das principais *vias de comunicação e acesso* à cidade do Rio de Janeiro como: aeroportos; vias expressas – como Avenida Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha – e a região portuária. Entendemos que a implantação das UPP nessas localidades foi central para facilitar a entrada/saída à cidade, a mobilidade no seu interior e o acesso com segurança



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

às regiões turísticas e de realização dos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos).

O segundo grupo reúne as UPPs localizadas no morro da Providência, Coroa Fallet e Fogueteiro, São Carlos, ou seja, aquelas implantadas na *região portuária e seu entorno*; a ocupação desses territórios garantiria a segurança na região revitalizada e incentivaria os investimentos das grandes empreiteiras como Odebrecth, Camargo Corrêa, Mendes Junior, Carioca Engenharia e OAS – empresas que têm protagonismo nas obras do Porto Maravilha, Estádio Olímpico João Havelange, o Engenho e vias expressas como BRT. A participação dessas empreiteiras viu-se potencializadas com as parcerias público-privadas (PPP). Entendemos que esse grupo de UPPs criou condições de segurança e valorização da região portuária alimentando também a especulação imobiliária. A remoção dos moradores e as expropriações nessas áreas foram estratégias fundamentais.

O terceiro grupo de abrange as UPPs de Nova Brasília, Fazendinha, Adeus e Baiana, Complexo do Alemão, Chatuba, Fé e Sereno, Parque Proletário, Vila Cruzeiro, Lins e Camarista e Méier; a presença da polícia militar nesta região foi e é central como estratégia de *controle, contenção e administração da pobreza* concentrada nessas localidades. Trata-se de uma área geográfica que concentram os setores mais pauperizados da cidade e com maiores dificuldades para acessar os serviços básicos (saneamento, água, saúde, educação, transporte etc.).

O quarto grupo reúne as primeiras UPPs implantadas na cidade, dentre elas Santa Marta, Babilônia e Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, Tabajaras e Cabritos, Escondidinho e Prazeres, Vidigal, Rocinha e Cerro Corá. Todas essas favelas encontram-se localizadas na zona sul da cidade, região que constitui um verdadeiro *cinturão turístico-hoteleiro* que concentra serviços como hotéis, bares, restaurantes etc. e belezas naturais cobiçadas pelos turistas (praias, parques, lagoas etc.) que contribuem para a valorização dos imóveis e dos terrenos situados nesta região alimentando ao mesmo tempo a especulação imobiliária e os negócios vinculados ao turismo.

O último grupo identificado congrega as UPPs de Borel, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano, São João, Matriz e Quietto, Macacos, Mangueira e Cidade de Deus, implantadas nas áreas de realização dos grandes eventos esportivos. Estas UPPs foram fundamentais para efetivar as *atividades e obras*



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

*vinculadas aos megaeventos*, garantindo as mudanças urbanas necessárias para o desenvolvimento dos eventos esportivos, assim como a segurança nos estádios, vilas olímpicas e do entorno.

Essa classificação foi elaborada com a finalidade de refletir acerca da lógica que orienta o processo de implantação das UPPs na cidade do Rio de Janeiro. Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível identificar que as regiões que concentram os setores populacionais mais empobrecidos, também concentram os maiores índices de violência, entretanto contam com um quantitativo mais reduzido de UPPs. Essas áreas são dominadas pelas “milícias” – grupos parapoliciais – e/ou pelos tráfico.

Dessa forma, é plausível afirmar que a implementação das UPPs não obedeceu, plenamente, ao mapa dos índices de violência, pois as mesmas foram instaladas de maneira concentrada, principalmente na zona sul, centro e norte da cidade, enquanto outras regiões com altos índices de violência como a zona oeste possui um déficit de cobertura deste programa de segurança pública.

Um segundo elemento que queríamos destacar relaciona-se com os objetivos mencionados nos documentos oficiais relativos ao programa de Unidade de Polícia Pacificadora: a “promoção da paz” nas favelas. Em relação a isso é importante mencionar que as UPPs representaram uma mudança significativa no controle exercido nesses territórios, na atual conjuntura, este controle tem se efetivado através da militarização da vida e do cotidiano dos trabalhadores nesses locais. O controle militarizado das favelas onde existem UPPs têm em seu exercício a regulação da vida social, econômica e cultural nestes espaços, cuja tendência torna cada vez mais distante a materialização dos objetivos do programa orientados por uma perspectiva de garantia de direitos consoante com discurso oficial e que, conseqüentemente, contribuiu para legitimar sua necessidade junto à população.

Tampouco foi atingida a meta proposta do Programas que buscava integrar a favela à dinâmica da cidade através da “pacificação” e posterior “entrada do Estado” pela via do alargamento dos serviços públicos (coleta de lixo, saneamento básico, transporte etc.) e ampliação dos serviços privados (regularização da conexão de energia elétrica e TV a cabo, distribuição de gás etc.) (FGV, 2012). Em alguns casos, quando esse conjunto de serviços privados e/ou públicos foi ampliado após



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

a implantação das UPP, mais do que melhoria na qualidade de vida da população desses bairros percebe-se um movimento no sentido contrário, que diz respeito à expulsão dos moradores dessas comunidades devido à elevação do custo de vida e à especulação imobiliária.

Dessa forma, afirmamos que o Programa de Política Pacificadora, que está sendo implantado no Rio de Janeiro, mais do que uma estratégia para garantir a segurança da população através da viabilização de serviços e proteção dos direitos humanos, se constitui como uma importante estratégia de administração e controle das populações mais empobrecidas, condição essencial para atender as necessidades da acumulação do grande capital especulativo.

### **V. Conclusões**

A partir do estudo realizado identificamos que as UPPs têm características peculiares na sua implantação e nas funções que desempenham nas localidades nas quais estão concentradas. As mesmas contribuem para alimentar a segregação e controle dos setores mais empobrecidos e cria as condições necessárias para investimentos privados. Com esta investigação foi possível constatar uma tendência ao atendimento dos interesses do capital (através da criação de novos nichos de valorização) em detrimento das necessidades das maiorias trabalhadoras (vítimas das remoções, da falta de investimentos em obras de interesse social, por exemplo).

É importante salientar que estas ações na área de segurança pública, justificadas na “cultura do medo”, foram e são fundamentais para alimentar a indústria bélica, as empresas de seguros e de vigilância privadas, que se transformam, também, em espaços essenciais para a valorização do capital, seja como nicho de investimento do excedente, seja como estratégia de controle e administração da superpopulação relativa (requisito fundamental para criar um clima de negócios favorável e necessário aos investidores e especuladores).

Identificamos que a lógica que orienta o programa da UPP assenta-se em práticas estigmatizantes e preconceituosas em relação a população mais empobrecida que reside nas favelas, sejam jovens e



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

negros. Pois são considerados como criminosos e perigosos para a sociedade. Os programas aqui referidos estimulam o processo de criminalização seletiva. Pois não superam a associação entre pobreza e crime, que provoca sentimento de medo e insegurança na sociedade, e dá lugar as ações punitivas e repressivas (como a militarização, as medidas arbitrárias das autoridades públicas, penas mais duras a determinados grupos).

De acordo com os objetivos previstos nos documentos oficiais, o programa de Unidade de Polícia Pacificadora deve ser conduzido para a "construção de uma cultura cívica na comunidade", esta experiência está muito longe desse objetivo conforme seu cenário atual. O que se percebe é que de um lado as metas não foram alcançadas, em contrapartida colocou-se em pratica uma lógica punitiva, além de segregar e controlar as camadas pobres, os jovens e a população negra.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## **VI. Bibliografía**

- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da Precarização estrutural do trabalho. In: **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BRASIL. Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Decreto nº. 41.650 de 21 de Janeiro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Unidade de Polícia pacificadora e dá outras providências. [http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view\\_pdf.php?ie=NDMyOA==&ip=NA==&s=NDA0M2RhZGM4NmE5ZmQ3NmFmNTQ0MDY5OWM5MzZhOWM=](http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view_pdf.php?ie=NDMyOA==&ip=NA==&s=NDA0M2RhZGM4NmE5ZmQ3NmFmNTQ0MDY5OWM5MzZhOWM=) acesso 05 Out.2017
- BRASIL. Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Decreto nº. 42.787 de 6 de Janeiro de 2011**. Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: < <http://docslide.com.br/documents/decreto-no-42787-de-06-de-janeiro-de-2011.html> >. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.
- BRASIL. **Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei1153024outubro2007561601normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 05 de agosto de 2014
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Indicadores socioeconômicos nas UPP do Estado do Rio de Janeiro/2012 – N.17**. Disponível em: <[http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo\\_25.pdf](http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo_25.pdf) > Acesso em: 29 de fevereiro de 2016.
- Mapa da Violência 2012 – **Os novos padrões da Violência Homicida no Brasil**”. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/index.php>> Acesso em: set., de 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In. TRASPADINI; STEDILE. (org.) **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MESZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In FERREIRA, C., OSÓRIO, J. e LUCE, M. (org.). **Padrão de Reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012, p.103-139.
- PASSOS GUIMARÃES, Alberto. **As classes perigosas**. Banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- WACQUANT, Loic. **Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

\_\_\_\_\_. **As prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.